

ESTIMATIVA

Pastore afirma que para crescer 5,5% País precisa investir mais

SÃO PAULO

O ex-presidente do Banco Central (BC) e consultor da A.C. Pastore Associados, Afonso Celso Pastore, acredita que um crescimento sustentável de 5,5% da economia brasileira exige uma taxa de investimento (Formação Bruta de Capital Fixo sobre o PIB) de 25%. O especialista lembrou que, até o momento, a taxa recorde registrada no País, desde 1999, alcançou 19%.

No seminário "O Brasil no Novo Governo", realizado na última sexta-feira na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Pastore alertou para o fato de que, como há uma relação direta e estável entre a taxa de investimento e as importações líquidas, e, para evitar os impactos negativos dessa equação na economia, será necessário "mudar a composição do passivo externo, atraindo mais investimentos externos em ações, mais investimentos diretos e menos investimentos em dívidas". Segundo Pastore, "é bom que se permita a entrada de capitais para investimentos e ocorra a redução das restrições externas ao crescimento econômico. Do contrário, enfrentaremos a pressão do lado externo sobre a expansão da economia".

Economistas-chefes de duas das maiores instituições financeiras do País, Alexandre Schwartzman (do Santander) e Ilan Goldfajn (do Itaú-Unibanco), ambos ex-diretores do Ban-

co Central, alertam para a necessidade de uma política monetária mais dura para conter a trajetória ascendente da inflação que, para ambos, caminha rumo a ultrapassar o patamar de 5% em 2011. Para Schwartzman, o Banco Central "está atrasado do ponto de vista da política monetária" e vai ter de elevar os juros diante do cenário de inflação em alta. De acordo com ele, o aumento dos juros será inevitável, já que não há perspectiva de um ajuste fiscal de magnitude que evite uma intervenção mais forte da política monetária.

O economista do Santander criticou que a política fiscal ainda esteja concentrada em paralisar o crescimento da dívida pública. "O ajuste fiscal deve sair da dimensão de controlar dívida e conciliar instrumentos de política econômica, monetária e fiscal", disse, no seminário da Fundação Getúlio Vargas. De acordo com ele, não há qualquer sinal de melhora do desempenho fiscal. "Com um superávit primário elevado é possível manter inflação na meta sem elevar juros, mas concretamente é muito remota a chance de que haja um ajuste primário dessa magnitude", afirmou.

Goldfajn acredita que a inflação oficial chegará — "com esforço, ou seja, com a política monetária apertando um pouco mais" — a 5,5%.

AGÊNCIA ESTADO